



Resumo das Atividades Mensais em atendimento a Resolução nº 2029/2025.

Comissão Especial de Transparência da Câmara Municipal de Macaé, instaurada por meio da Portaria nº 036/2025 com publicação no Diário Oficial – Edição 1133 de 21/01/2025 (república por incorreção).

Membros:	Data: 11/06/2026	Data: 16/06/2026	Data: 23/06/2026	Data: 30/06/2026
	Início: 8h Fim: 9:05h	Início: 8h Fim: 9:00h	Início: 8h Fim: 09:05h	Início: 08:00h Fim: 9:20h
Débora Pereira Carneiro -	x	x	x	x
Chaeyn Fernandes Lima	x	x	x	x
Hérica Neves A. V. Almeida	x	x	x	x
Juliano F. Pereira Gáspio	x	x	x	x
Gabriel Carvalho P. Emerick	x	x	x	x

► **Resumo dos Assuntos tratados na reunião do dia 11/06/2026:**

- Revisão de todas as Comissões Parlamentares.
- Atualização do vereador Ricardo Salgado nas Comissões Parlamentares, em razão do seu retorno ao exercício do mandato, após o término da licença para atuar como Secretário Municipal.
- Alteração do status da Comissão Provisória de Vereadores Mirins para "Concluída", considerando o encerramento de sua vigência.
- Identificada falha na página da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Fábrica de Fertilizantes em Macaé, onde o link "Resumo das Atividades" não carregava as informações.
- Verificação e inserção de portarias publicadas nos dias 03/06, 04/06 e 11/06.



- Inclusão de declaração informando que a última Ata de Adesão foi celebrada em agosto de 2025 e que não houve novas adesões desde então, evidenciando o atendimento ao requisito de atualidade constante no Critério 8.5 do PNTP.
- Solicitado a atualização de informações dos vereadores, bem como a conferência e dos dados no Portal da Transparência, como biografia, filiação partidária, redes sociais e demais informações institucionais.
- Encaminhamento de e-mail ao Gabinete do Vereador Cesinha para confirmação e eventual atualização de sua filiação partidária.
- Em atendimento à solicitação da Coordenadoria de Comunicação, foi realizada a substituição do endereço de e-mail atualmente exibido no rodapé e na página inicial do site pelo endereço eletrônico da Ouvidoria, por ser o canal institucional mais adequado para o atendimento ao cidadão.

► **Resumo dos Assuntos tratados na reunião do dia 16/06/2026:**

- Análise da solicitação do Setor de Revisão e Redação para inclusão de informações sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) no Manual de Redação Institucional. Durante a discussão, foi considerada pertinente a inclusão de conteúdos relativos à LAI e à Carta de Serviços ao Cidadão, por se entender que ambos os instrumentos orientam a comunicação institucional, fortalecem a transparência e contribuem para conscientizar os servidores sobre seu papel na garantia do acesso à informação. Ao final, a Comissão deliberou pela elaboração de resposta ao Processo Administrativo nº 623/2026, manifestando-se favoravelmente à inclusão desses conteúdos no Manual de Redação da Casa.
- Elaboração de texto sobre o Portal da Transparência e Serviços ao Cidadão, destacando:
 - finalidade do Portal da Transparência;



- principais informações disponibilizadas;
 - serviços oferecidos à população;
 - disponibilização da Carta de Serviços ao Cidadão;
 - importância da transparência, participação popular e controle social.
- Atualizado o menu Execução Orçamentária e Financeira - Despesas por Classificação Orçamentária, com os dados referentes à competência de maio de 2026.
 - Inclusão das Resoluções nº 2035 e 2038/2026 e as Leis Ordinárias nº 5540 e 5541/2026.
 - Verificado que a funcionalidade de emissão de relatórios consolidados por interação, semestre e ano, em conformidade com o critério 15.6 do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), encontra-se em pleno funcionamento.
 - Verificado a atualidade de publicação das portarias.
 - Inclusão da Comissão de Educação para a Cidadania Legislativa, em razão da Portaria nº 095/2026.

► **Resumo dos Assuntos tratados na reunião do dia 23/06/2026:**

- A Comissão recebeu, por meio da Ouvidoria, manifestação de um cidadão relatando falha na emissão, em formato PDF, do relatório de frequência dos vereadores no Portal da Transparência. Após a realização de testes, constatou-se que as informações permaneciam disponíveis para consulta no SAPL, sendo identificada inconsistência apenas na funcionalidade de geração do arquivo em PDF. Diante da falha, foi aberto chamado junto ao suporte do SAPL para análise e correção da inconsistência.
- Atualizada a biografia do Vereador Ricardo Salgado.
- Verificado a atualização das portarias dos dias 13, 17 e 18 de junho.



- A Secretaria Legislativa informou, em resposta ao e-mail encaminhado pela Comissão, que as correções das inconsistências identificadas na publicação dos Decretos Legislativos no SAPL serão realizadas após a conclusão da elaboração dos Decretos Legislativos de Honorários, em razão da prioridade atribuída a essa demanda. Deliberou-se que a Comissão acompanhará a implementação das adequações e manterá o tema em pauta até a efetiva regularização das inconsistências.
- Apresentação do Relatório de Avaliação da Transparência Pública – Ciclo 2026, onde a Câmara Municipal de Macaé obteve Índice de Transparência de 74,35%. Na autoavaliação da Comissão, todos os critérios haviam sido considerados atendidos (100%), porém, parte deles não foi homologada pelo TCE-RJ.
- O relatório de avaliação demonstrou: Dimensões com 100% de atendimento: Informações Prioritárias; Informações Institucionais; Diárias; Contratos; Obras; Acessibilidade; Ouvidoria; LGPD e Governo Digital; e Atividades Finalísticas. Dimensões com menor desempenho: Receita (0%); Despesa (33,3%); Licitações (39,3%); SIC (76,2%); Convênios e Transferências (80%); Planejamento e Prestação de Contas (93,8%); e Recursos Humanos (96,7%).
- Destacou-se que o desempenho ficou abaixo do ciclo anterior, quando a Câmara alcançou o nível Ouro, concluindo-se que as principais glosas decorreram da forma de disponibilização das informações e da metodologia de validação do PNTP. Nesse contexto, reforçou-se a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas utilizados pela Câmara. Prazo do Tribunal: Até 07/07 para apresentação das manifestações e justificativas aos apontamentos.
- Principais adequações apontadas pelo TCE-RJ:
 - Reestruturar a apresentação das informações de receitas.
 - Disponibilizar dados de despesas em formato estruturado (HTML).



- Melhorar a identificação do objeto das Notas de Empenhos.
- Incluir a série histórica de convênios e transferências (2023 e 2024).
- Adequar a divulgação das informações remuneratórias dos servidores.
- Complementar as peças de planejamento e prestação de contas de 2025.
- Publicar documentos da fase interna das licitações, dispensas e inexigibilidades.
- Incluir as atas de registro de preços aderidas.
- Publicar declaração sobre inexistência de classificação de informações sigilosas (SIC).
- Deliberações da Comissão: Encaminhar à Diretoria de Licitações e Contratos os apontamentos relativos aos critérios de licitações; promover a digitalização e a inserção da documentação exigida pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP) no Portal da Transparência; contatar a GOVBR para verificar a necessidade de adequações no sistema contábil quanto aos critérios de receitas e despesas; e realizar a atualização e a complementação das informações e dos documentos pendentes, com o objetivo de aprimorar o desempenho da Câmara nas próximas avaliações do PNTTP.

► **Resumo dos Assuntos tratados na reunião do dia 30/06/2026:**

- Atualização das séries históricas dos critérios 5.1, 5.2, 5.3, 6.5, 6.6 e 6.7, conforme exigências do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP).
- Esclarecimento sobre o critério 6.4, informando que não foi possível declarar a inexistência de estagiários no exercício de 2023, em razão da contratação ocorrida no período.
- Adequação do critério 8.5, com inserção das atas de adesão vigentes no Portal da Transparência, correção do quantitativo de atas e inclusão de declaração informando a inexistência de novas adesões no período de 01/01/2026 até a presente data.



- Atualização do critério 11.1, mediante publicação dos demonstrativos contábeis do exercício de 2025 (balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais).
- Adequação da lista de licitações, disponibilizada em formato HTML, em conformidade com a cartilha do PNTP.
- Deliberação sobre os critérios 8.3 e 8.4, definindo a publicação integral dos documentos da fase interna das licitações dos exercícios de 2025 e 2026 e, para os exercícios de 2023 e 2024, a inserção parcial dos documentos, em razão do elevado volume de processos e do prazo para adequação.
- Adoção de providências para os critérios de receitas e despesas, com solicitação de suporte técnico à GOVBR para adequação do sistema contábil, resultando na implementação dos ajustes necessários para atendimento aos requisitos do PNTP.

Macaé-RJ, 13 de julho de 2026.

Débora Pereira Carneiro
Presidente da Comissão